

CADERNO DE ENCARGOS



**Procedimento de aquisição de serviços para o estudo de boas
práticas de embalagem inteligente e/ou ativa do Projeto
S4Agro**

PARTE I
CLÁUSULAS JURÍDICAS

Artigo 1º

Objeto e entidade adjudicante

1 - O presente caderno de encargos estabelece as condições jurídicas, técnicas e económicas a incluir no contrato a celebrar na sequência de procedimento de **Consulta Prévia** adotado ao abrigo da alínea c) do nº 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP), e que tem por objeto a ***“Aquisição de serviços para o estudo de boas práticas de embalagem inteligente e/ou ativa do projeto S4Agro”***, para a Universidade da Beira Interior, no âmbito do Sistema de Apoio a Ações Coletivas – Qualificação, Projeto S4AGRO - Soluções Sustentáveis para o Setor Agroindustrial (Aviso 02/SIAC/2019 – SIAC 46425), apoiado pelo COMPETE 2020, de acordo com as Especificações Técnicas (Mínimas) descritas na Parte II do presente Caderno de Encargos.

2 - O serviço objeto do presente procedimento enquadra-se no Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV) no código: 73200000-4 Serviços de consultoria em matéria de investigação e desenvolvimento.

Artigo 2º

Entidade Adjudicante/Decisão de Contratar

A entidade adjudicante é a Universidade da Beira Interior, abreviadamente designada por UBI, pessoa colectiva Nº 502083514, sediada no Convento de Santo António, 6201-001 Covilhã, Portugal, com telefone 275329700, fax 275329183 e com endereço eletrónico www.ubi.pt.

Artigo 3º

Descrição

O presente procedimento tem por objeto a ***Aquisição de serviços para o estudo de boas práticas de embalagem inteligente e/ou ativa do projeto S4Agro***, para a Universidade da Beira Interior, de acordo com a descrição efetuada na Parte II do presente Caderno de Encargos.

Artigo 4º

Prazo da execução dos serviços

A execução/prestação dos serviços tem início no dia seguinte à assinatura do contrato e término a 1 de setembro de 2021, salvo a execução física e financeira do projeto for prorrogada, caso em que a execução/prestação dos serviços decorrerá até ao término desse período de prorrogação.

Artigo 5º

Valor para efeitos de procedimento

- 1** - Nos termos do disposto no n.º 1, do art.º 47º do CCP, a aquisição terá um preço base de **44.850,00 €** (quarenta e quatro mil e oitocentos e cinquenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
- 2** - Será causa de exclusão que o valor da proposta ultrapasse o preço base.

Artigo 6º

Condições de pagamento

- 1** - O pagamento devido pelo contraente será efetuado, mensalmente, no prazo de 30 dias úteis, após apresentação, pelo adjudicatário, das respetivas faturas detalhadas e depois de confirmada a conclusão de cada uma das fases pelo gestor do projeto.
- 2** - O pagamento da prestação de serviços será faseado, em conformidade com a conclusão dos trabalhos compreendidos nas fases e datas descritas no Artigo 6º das Especificações Técnicas, e designadamente da seguinte forma:

Fases	Data de conclusão dos trabalhos	Valor a pagar
Fase 1. Relatório de Benchmarking nacional e internacional junto dos principais líderes da inovação (fabricantes, centros de I&D, centros tecnológicos, empresas, entre outros) em embalagem inteligente e/ou ativa, e sistemas de monitorização de parâmetros e de rastreabilidade, em particular nos subsectores dos produtos cárneos, produtos de padaria/pastelaria, produtos hortofrutícolas e produtos lácteos, incluindo casos de sucesso	60 dias úteis após a assinatura do contrato	25% do preço contratual
Fase 2. Relatório de tecnologias/substâncias/parâmetros inovadores e boas práticas em utilização de embalagens inteligentes no setor agroalimentar para os subsectores dos produtos cárneos, hortofrutícolas, panificação e lácteos,	27 de fevereiro de 2021	25% do preço contratual

incluindo casos de sucesso.		
Fase 3. Relatório de tecnologias/substâncias/parâmetros inovadores e boas práticas em embalagens ativas no setor agroalimentar para os subsetores dos produtos cárneos, hortofrutícolas, panificação e lácteos, incluindo casos de sucesso.	30 de junho de 2021	25% do preço contratual
Fase 4. Materiais (flyers e apresentações) e/ou ferramentas computacionais de disseminação dos estudos	31 de julho de 2021	25% do preço contratual

3 - Em conformidade do disposto no nº 3 do artigo 88º do CCP, pode a entidade adjudicante, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor do(s) pagamento(s) a efetuar.

Artigo 7º

Obrigações do adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, constituem obrigações do adjudicatário, após celebração do contrato escrito:

- 1** - Executar um serviço de qualidade, em conformidade com o conteúdo do presente Caderno de Encargos e da respetiva proposta;
- 2** - Prestar os serviços objeto do contrato, nos prazos estabelecidos e nas condições definidas para o presente procedimento, designadamente, no convite, neste caderno de encargos, demais documentos contratuais e em conformidade com a letra e o espírito das especificações técnicas.
- 3** - Prestar à entidade adjudicante, em qualquer tempo e na pendência da execução do contrato os serviços, informações, demonstrações de funcionalidades e esclarecimentos relativos ao fornecimento prestados no âmbito do contrato a celebrar, em conformidade com este caderno de encargos.
- 4** - Não alterar as condições da prestação de serviços prevista no/pelo caderno de encargos; Garantir que, durante a vigência do contrato, se cumpre o disposto nas cláusulas técnicas;
- 5** - Conduzir os trabalhos com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência.

6 - Proceder à entrega dos documentos correspondentes ao serviço, de acordo com os prazos contratualizados;

7 - Responsabilizar-se pelos atos praticados por todas as pessoas que, no âmbito do contrato a celebrar, exerçam funções por sua conta.

8 - A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Artigo 8º

Obrigações da entidade adjudicante

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, constituem obrigações da entidade adjudicante:

1 - Celebrar o contrato com o adjudicatário nas condições expressas no presente caderno de encargos.

2 - Nomear um responsável pela gestão do contrato celebrado para verificação da qualidade dos serviços contratualizados, seu cumprimento e agilização da aplicação das devidas sanções em caso de incumprimento.

Artigo 9º

Sigilo

1 - O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destina direta ou exclusivamente à execução do contrato.

3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este esteja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Artigo 10º

Cessão da Posição Contratual

1 - O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade adjudicante.

2 - Para efeitos de autorização prevista no número anterior, deve:

a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no

presente procedimento.

b) A entidade adjudicante apreciará, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55º do CCP e se garante o exato e pontual cumprimento do contrato.

Artigo 11º

Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento/prestação de serviços, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Artigo 12º

Casos fortuitos ou de força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações e ou obrigações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, devidamente comprovado e aceite, entendendo-se como tal as circunstâncias ou acontecimentos, imprevisíveis e excepcionais, independentes das vontades das partes, e que não derivem de falta ou negligência de qualquer delas, que impossibilitem a respetiva realização, porquanto alheios à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. A ocorrência de circunstâncias ou acontecimentos que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
4. Para efeitos do disposto no número anterior, a parte que invocar caso de força maior deve comunicar, por escrito, e justificar tais situações à outra parte, bem como comunicar qual o prazo previsível para o restabelecimento da situação normal.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Artigo 13º

Penalidades

- 1** - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a UBI pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento do prazo da prestação de serviços objeto do contrato, até 0,5% do valor deste por cada dia de atraso. Pelo cumprimento defeituoso da obrigação, até o valor de 10% do preço contratual.
- 2** - O valor acumulado da pena pecuniária não pode exceder 20% do valor contratual, em conformidade com o artigo 329.º do CCP, sem prejuízo da aplicação do n.º 3 do mesmo normativo.
- 3** - Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até ao valor de 20% do preço contratual.
- 4** - Na determinação da gravidade do incumprimento, a UBI tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
- 5** - Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.
- 6** - Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
- 7** - A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- 8** - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes da mora no cumprimento, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo.

Artigo 14º

Cessão da posição contratual (compulsiva) por incumprimento do cocontratante

- 1** - Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o cocontratante cede a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial daquele procedimento.
- 2** - Para efeitos do disposto no número anterior deve atender-se ao disposto no artigo 318º-A do CCP.

Artigo 15º

Contrato

1 - O contrato, que será reduzido a escrito, considera-se composto pelo respetivo clausulado contratual e integra, ainda, os seguintes elementos:

- a)** Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b)** Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c)** O presente Caderno de Encargos;
- d)** A proposta adjudicada;

2 - Em caso de dúvida ou contradição a interpretação deverá ter em conta a regra da prevalência estabelecida nos números 2 a 6 do artigo 96º do CCP.

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto a ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código dos Contratos Públicos (na sua atual redação), e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código.

4 - Todas as situações jurídicas não previstas no título contratual serão reguladas pelo CCP.

Artigo 16º

Extinção do contrato

1 - O incumprimento, por uma das partes, das obrigações resultantes do presente contrato confere à outra parte o direito de rescindir o contrato, nos termos do regime substantivo dos contratos administrativos, Parte III, Capítulo VIII, artigos 330º a 335º do CCP, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.

2 - No âmbito destas disposições, são causas de extinção do contrato:

- a)** A falta de cumprimento;
- b)** A impossibilidade definitiva e todas as restantes causas de extinção das obrigações reconhecidas pelo direito civil;
- c)** A revogação;
- d)** A resolução, por via de decisão judicial ou arbitral ou por decisão do contraente público, devido a situações de grave violação das obrigações assumidas pelo cocontratante (adjudicatário) ou com fundamento na alteração anormal e imprevisível das circunstâncias que afetem gravemente os princípios de boa-fé ou do interesse público.

3 - No âmbito das mesmas disposições, poderá ainda ocorrer a rescisão do contrato por mútuo acordo.

Artigo 17º

Outros encargos

Todos os demais encargos derivados do presente contrato são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 18º

Gestor do contrato

1 - Nos termos conjugados do artigo 94º, alínea i) do artigo 96º e 290º -A, todos do CCP, e com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato, será designado um *gestor do contrato*.

2 - O *gestor do contrato* pode vir a ser substituído temporária ou definitivamente sem que isso implique alteração do contrato.

3 - A substituição do *gestor de contrato* é oponível ao adjudicatário por mera notificação.

Artigo 19º

Legislação aplicável e foro competente

1 - A tudo o que não esteja especialmente regulamentado no presente caderno de encargos aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, na sua atual redação, e demais legislação e regulamentação aplicável e, em qualquer caso, sempre a Lei portuguesa.

2 - Os litígios decorrentes da execução, interpretação e aplicação das regras contratuais serão submetidos a uma tentativa de conciliação a realizar entre os representantes expressamente designados para o efeito pelas partes, no prazo de 10 (dez) dias, seguidos, contados da solicitação que para o efeito qualquer das partes produza.

3 - Frustrada a conciliação, para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, com expressa renúncia a qualquer outro.

PARTE II
Especificações Técnicas (mínimas)

Descrição dos serviços a fornecer e requisitos mínimos

Artigo 1º

Objeto

A presente proposta de prestação de serviços tem por objeto a receção de candidaturas de serviços de elaboração do estudo de boas práticas de embalagem inteligente e/ou ativa para os subsectores dos produtos cárneos, hortofrutícolas, panificação e lácteos, de acordo com o disposto nos artigos seguintes.

Artigo 2º

Número de contactos de benchmarking

O adjudicatário terá que desenvolver o estudo em 60 (sessenta) instituições (empresas, fabricantes, centros de I&DT, outros), líderes da inovação em embalagem inteligente e/ou ativa ligada ao setor agroalimentar. Dessas 100 instituições, 10 (dez) deverão ser nacionais. A listagem dessas instituições deve contemplar:

- Designação
- Sector de atividade
- Morada
- Contactos (telefone, e email)
- Pessoa de contacto
- Detalhes acerca das Tecnologias/Substâncias/Parâmetros desenvolvidos
- Resumo da entidade

Artigo 3º

Recolha de dados

Ao adjudicatário cabe a recolha de dados:

- Identificação de fabricantes, centros de I&D, centros tecnológicos, empresas, entidades com relevante atividade inovadora em embalagem inteligente e/ou ativa e apoio logístico à ação, que desenvolvam e/ou comercializem embalagens inteligentes e/ou ativas, e sistemas de monitorização de parâmetros e de rastreabilidade, em particular nos subsectores dos produtos cárneos, produtos de padaria/pastelaria, produtos hortofrutícolas e produtos lácteos.

- Identificação e descrição pormenorizada de tecnologias/substâncias/parâmetros aplicados à embalagem inteligente.
- Identificação e descrição pormenorizada de tecnologias/substâncias/parâmetros aplicados à embalagem ativa.
- Identificação e descrição de sistemas de rastreabilidade de produtos alimentares.
- Boas práticas em utilização de embalagens inteligentes.
- Boas práticas em utilização de embalagens ativas.
- Casos de sucesso de embalagens inteligentes e/ou ativas no setor agroalimentar que sejam potenciadores e motivadores da adoção de inovação nas empresas ao nível dos processos e produtos.

Artigo 5º

Características e Quantidades

1 - A proposta deve contemplar a elaboração de relatórios relativos ao estudo de boas práticas em embalagens inteligentes e/ou ativas para o setor agroalimentar (focar em detalhe os subsectores dos produtos cárneos, hortofrutícolas, panificação e lácteos), de acordo com as quantidades e as características contidas no quadro seguinte:

Descrição	Quantidade
1. Relatório de Benchmarking nacional e internacional junto dos principais líderes da inovação (fabricantes, centros de I&D, centros tecnológicos, empresas, entre outros) em embalagem inteligente e/ou ativa, e sistemas de monitorização de parâmetros e de rastreabilidade, em particular nos subsectores dos produtos cárneos, produtos de padaria/pastelaria, produtos hortofrutícolas e produtos lácteos, incluindo casos de sucesso	1
2. Relatório de tecnologias/substâncias/parâmetros inovadores e boas práticas em utilização de embalagens inteligentes no setor agroalimentar para os subsectores dos produtos cárneos, hortofrutícolas, panificação e lácteos, incluindo casos de sucesso.	4
3. Relatório de tecnologias/substâncias/parâmetros inovadores e boas práticas em embalagens ativas no setor agroalimentar para os subsectores dos produtos cárneos, hortofrutícolas, panificação e lácteos, incluindo casos de sucesso.	4
4. Materiais (flyers e apresentações) e/ou ferramentas computacionais de disseminação dos estudos	4

Artigo 6º
Proposta Base de Entregáveis

1 - Ao adjudicatário cabe a elaboração da seguinte proposta base de entregáveis, cujo formato gráfico e estruturação dos conteúdos serão concertados entre o adjudicatário e o adjudicante:

- a)** Fase 1 – Benchmarking nacional e internacional junto dos principais líderes da inovação em embalagem inteligente e/ou ativa ligada ao setor agroalimentar:
 - i)** Entrega do relatório com o benchmarking nacional e internacional junto dos principais líderes da inovação em embalagem inteligente e/ou ativa ligada ao setor agroalimentar, com listagem de empresas (produtos, serviços, contactos, **até 60 dias úteis após a assinatura do contrato;**
- b)** Fase 2 – Relatório de tecnologias inovadoras e boas práticas em utilização de embalagens inteligentes no setor agroalimentar para os subsectores dos produtos cárneos, hortofrutícolas, panificação e lácteos:
 - i)** Entrega do relatório de tecnologias inovadoras e boas práticas em utilização de embalagens inteligentes no setor agroalimentar para os subsectores dos produtos cárneos, hortofrutícolas, panificação e lácteos, incluindo casos de sucesso, **até 27 de fevereiro de 2021;**
- c)** Fase 3 – Relatório de tecnologias inovadoras e boas práticas em embalagens ativas no setor agroalimentar para os subsectores dos produtos cárneos, hortofrutícolas, panificação e lácteos:
 - i)** Entrega do relatório de tecnologias inovadoras e boas práticas em utilização de embalagens ativas no setor agroalimentar para os subsectores dos produtos cárneos, hortofrutícolas, panificação e lácteos, incluindo casos de sucesso, **até 30 de junho de 2021;**
- d)** Fase 4 – Materiais (flyers e apresentações) e/ou ferramentas computacionais), **até 31 de julho de 2021;**
 - i)** Flyer acerca tecnologias/substâncias/parâmetros aplicados à embalagem inteligente nos subsectores dos produtos cárneos, produtos de padaria/pastelaria, produtos hortofrutícolas e produtos lácteos
 - ii)** Flyer acerca tecnologias/substâncias/parâmetros aplicados à embalagem ativa nos subsectores dos produtos cárneos, produtos de padaria/pastelaria, produtos hortofrutícolas e produtos lácteos
 - iii)** Flyer acerca tecnologias/substâncias/parâmetros de sistemas de monitorização de parâmetros nos subsectores dos produtos cárneos, produtos de padaria/pastelaria, produtos hortofrutícolas e produtos lácteos

- iv)** Flyer acerca tecnologias/substâncias/parâmetros de sistemas de rastreabilidade nos subsectores dos produtos cárneos, produtos de padaria/pastelaria, produtos hortofrutícolas e produtos lácteos
- v)** Flyer de boas práticas em utilização de embalagens inteligentes
- vi)** Flyer de boas práticas em utilização de embalagens ativas
- vii)** Apresentação (powerpoint) de tecnologias/substâncias/parâmetros aplicados à embalagem inteligente nos subsectores dos produtos cárneos, produtos de padaria/pastelaria, produtos hortofrutícolas e produtos lácteos
- viii)** Apresentação (powerpoint) de tecnologias/substâncias/parâmetros aplicados à embalagem ativa nos subsectores dos produtos cárneos, produtos de padaria/pastelaria, produtos hortofrutícolas e produtos lácteos
- ix)** Apresentação (powerpoint) de tecnologias/substâncias/parâmetros de sistemas de monitorização de parâmetros nos subsectores dos produtos cárneos, produtos de padaria/pastelaria, produtos hortofrutícolas e produtos lácteos
- x)** Apresentação (powerpoint) de tecnologias/substâncias/parâmetros de sistemas de rastreabilidade nos subsectores dos produtos cárneos, produtos de padaria/pastelaria, produtos hortofrutícolas e produtos lácteos
- xi)** Apresentação (powerpoint) de boas práticas em utilização de embalagens inteligentes
- xii)** Apresentação (powerpoint) de boas práticas em utilização de embalagens ativas
- xiii)** Apresentação (powerpoint) de casos de sucesso de embalagens inteligentes e/ou ativas no sector agroalimentar que sejam potenciadores e motivadores da adoção de inovação nas empresas ao nível dos processos e produtos

2 - Todos os trabalhos a que se alude nas presentes especificações técnicas, devem ser entregues em formato papel e digital e/ou incluídos em ferramenta computacional.

O Reitor,


(Professor Doutor António Carreto Fidalgo)